

Sumário

Prefácio	1
1 Apresentação	3
1.1 Objeto e importância.....	3
1.2 Método	6
1.3 Plano.....	7
2 A Exigibilidade do Direito à Saúde na Constituição Federal de 1988	11
2.1 Considerações preliminares.....	11
2.2 Fundamentos dogmático-materiais da exigibilidade do direito à saúde.....	12
2.2.1 Direito à saúde como direito fundamental.....	12
2.2.2 A aplicabilidade imediata do direito à saúde	18
2.2.3 A dimensão subjetiva do direito à saúde	26
2.2.4 A titularidade do direito à saúde	35
2.2.5 A dimensão objetiva do direito à saúde.....	43
2.2.6 O direito prestacional à saúde como política pública de saúde.....	49
2.3 Fundamentos dogmático-formais da exigibilidade do direito à saúde.....	57
2.3.1 A inafastabilidade da tutela jurisdicional.....	57
2.3.2 A justiciabilidade do direito à saúde e o princípio da separação dos poderes	63
2.4 Conclusões parciais	69
3 Os Reflexos Orçamentários da Exigibilidade do Direito à Saúde na Constituição Federal de 1988	71
3.1 Considerações preliminares	71

3.2 Alocação de recursos para a efetivação do direito prestacional à saúde	73
3.2.1 As decisões orçamentárias como forma de implementação do direito à saúde.....	73
3.2.2 Escassez dos recursos financeiros.....	79
3.3 Autorização e vinculação orçamentária do direito à saúde.....	88
3.3.1 A previsão de gastos obrigatórios na saúde	88
3.3.2 A autorização de despesa para prestações em saúde.....	95
3.3.3 Orçamento Impositivo como a solução para a escassez?.....	102
3.3.4 O alcance do controle judicial do orçamento.....	104
3.4 Impacto orçamentário das decisões judiciais (<i>efeito multiplicador</i>).....	107
3.5 O alcance do acesso universal e igualitário do direito à saúde diante do Orçamento Público	113
3.5.1 O significado do acesso universal	113
3.5.2 O significado do acesso igualitário.....	120
3.5 Conclusões Parciais.....	126
4 Critérios para a Intervenção Jurisdicional na Exigibilidade do Direito Prestacional à Saúde	129
4.1 Considerações preliminares.....	129
4.2 Critérios de exigibilidade imediata.....	131
4.2.1 Omissão absoluta (total) em matéria de políticas públicas de saúde.....	131
4.2.2 Não cumprimento de prestações previstas em políticas públicas de saúde	138
4.3 Critérios de exigibilidade mediata	144
4.3.1 Prestações alternativas (omissão parcial)	144
4.3.1.1 Aplicação de juízo técnico	144
4.3.1.2 Aplicação do Mínimo Existencial	151
4.3.1.3 Aplicação da Reserva do Possível	159
4.3.2 Alteração das prestações estatais	169

4.3.2.1 Aplicação da obrigação de progressividade das prestações	169
4.4 Conclusões parciais	176
5 Conclusões.....	179
6 Referências Bibliográficas.....	189